

7 Tempo

Os trabalhadores tangidos pelo gado

Delma Pessanha Neves *

A partir da década de 1920, a cafeicultura implantada nos municípios das regiões serrana e norte do estado do Rio sofreu restrições devido às variações no valor atribuído ao preço do café no mercado externo. As recorrentes dificuldades de investimentos para manutenção ou melhoria da rentabilidade desta cultura, em face do crescente declínio dos preços e das restrições impostas pelo governo à comercialização, estimularam a mudança de comportamento dos cafeicultores. Não só eles optaram por usufruir os dividendos possíveis dos recursos financeiros já imobilizados na atividade, como investiram na expansão da pecuária. De início (principalmente na década de 1930), as lavouras de café foram secundarizadas em termos de tratamentos culturais e de renovação, diminuindo a produtividade e a produção.¹

A partir da década de 1940, os cafeicultores-pecuaristas começaram a se associar em cooperativas de leite, a expandir o uso da terra em pastagens e a investir na construção de currais, estábulos, cercas etc, diminuindo drasticamente o cultivo do café. Contaram, para tanto, com recursos oferecidos pelo Estado (governos federal e estadual), através de estímulos à melhoria da qualidade do rebanho: criação de postos agropecuários para oferta de assistência técnica e de linhas de crédito para investimento em instalações e em recomposição do rebanho, principalmente compra de reprodutores.² Afinal, na década de 1960, o governo federal colocou em prática

* Professora associada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política e pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense.

1. O abandono dos cafezais estimulou a disseminação de pragas e a redução da rentabilidade, fatores cuja reversão se tornou onerosa demais, a ponto de não encontrar sustentação no reprimido preço do café. A diminuição da produtividade e o aumento da secundarização da cultura do café caminhavam, crescentemente, em sentidos inversos.

2. Delma Pessanha Neves, *Condições sociais do trabalho agrícola no Norte Fluminense*, Niterói, mimeo, 1989, pp.12-13; idem, *A pecuária no norte do estado do Rio de Janeiro*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, Niterói, mimeo, 1991.

uma política de erradicação dos cafezais e a pecuária se tornou atividade predominante no estado do Rio de Janeiro.³

Estes processos têm importância fundamental para a compreensão da atual constituição populacional do estado do Rio. Mas não foram os únicos. Atuaram em consonância com eles os seguintes processos coadjuvantes:

- a expansão urbano-industrial da cidade do Rio de Janeiro e as conseqüentes alternativas em termos de constituição de um mercado de trabalho livre;
- as alterações nas condições técnicas da produção da cana e do açúcar, produtos fundamentais da economia do antigo estado do Rio de Janeiro. Estas alterações provocaram a migração, principalmente dos filhos de trabalhadores rurais das *fazendas* de cana, que já não contavam com possibilidades de reprodução desde a geração antecedente;⁴
- a expansão da cultura da laranja nos municípios hoje identificados como componentes do Grande Rio, expansão que contou com a integração de antigos *colonos* do café.⁵
- um processo de mobilização de trabalhadores rurais em torno de formas de luta para a conquista da propriedade da terra, resposta política às ameaças de expropriação. Este processo, que atingiu o seu ápice com a ocupação de área de terra supostamente pertencente a uma das usinas, na região do Imbé (Campos), foi interrompido por ocasião do golpe militar de 1964.⁶

Os dois primeiros quadros abaixo permitem visualizar o impacto da extinção da cafeicultura e da expansão da pecuária. O processo de erradicação dos cafeeiros se acelera entre 1960 e 1970, embora alguma reversão parcial se verifique a partir de 1980.

Os outros dois quadros, imediatamente apresentados, tomam em consideração uma seqüência temporal da composição populacional de municípios da região Norte do estado, antes especializada na cultura do café, e dos municípios da região atualmente classificada como Grande Rio, naquela ocasião com parte da área agrícola ocupada economicamente por laranjais e alguns deles sendo interligados por sistemas eletrificados de transportes, para viabilizar a integração dos habitantes ao mercado de

3. Após a erradicação, a produção do café entrou em declínio em todos os municípios do estado. Esta situação só foi alterada na década de 1970, quando o Instituto Brasileiro do Café - IBC - voltou a estimular a produção. Entretanto, as respostas foram restritas, já que estavam desfeitas as condições básicas para essa cultura, mais consumidora de mão-de-obra do que a pecuária, e eliminada a racionalidade econômica e social construída pelos *fazendeiros* e trabalhadores para operar o sistema produtivo comandado pela cultura do café. Apenas nos municípios de Natividade e Porciúncula (na microrregião de Itaperuna), por comportarem solo, clima e topografia mais adequados, a cafeicultura voltou a ser considerada atividade econômica básica (ver Delma Pessanha Neves, *A cafeicultura redimensionada: formas de organização da produção*. Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq, Niterói, mimeo, 1990).

4. Para a compreensão destes processos, consultar Delma Pessanha Neves, *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*, Niterói, EDUFF, 1997.

5. Sobre este processo, consultar Eliane Cantarino O'Dwyer, *Laranja e lavoura branca, um estudo das unidades de produção camponesa da Baixada Fluminense*, dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 1977.

6. Sobre este processo, consultar Mario Grynspan, *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 1987; Eliane Cantarino O'Dwyer, *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*, tese de doutoramento apresentada ao PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 1988; e José Pureza, *Memória camponesa*, Rio de Janeiro, Marco Zero, 1982.

trabalho da cidade do Rio de Janeiro. A partir desta elaboração, estes quadros podem dar um panorama expressivo da mobilidade da população vinculada à atividade cafeeira e de sua integração à cultura da laranja e às atividades urbano-industriais.

Tabela 1
Produção de café nos municípios do norte do estado do Rio de Janeiro, entre 1960 e 1985
(toneladas)

Municípios	Anos			
	1960	1970	1980	1990
B.J. Itabapoana	4.295	1.432	769	1.741
Itaperuna	2.106	405	287	676
Laje do Muriaé	-	81	57	113
Natividade	3.740	1.717	3.553	8.253
Porciúncula	2.012	813	1.057	3.683
Subtotal	12.127	4.448	5.723	14.873
Cambuci	1.317	109	131	221
Miracema	293	36	47	132
Santo Antônio de Pádua	201	5	32	46
Subtotal	1.811	150	210	399
Campos	4.442	445	420	490
Conceição Macabu	151	-	-	78
Macaé	991	9	26	15
S. Fidélis	1.976	568	221	140
S. João da Barra	27	-	-	-
Subtotal	7.587	1.022	667	723
Total geral	21.525	5.620	6.600	15.995
Mobilidade relativa (%)	-116	-283	+17	+142

Fonte: FIBGE ⁷

7. IBGE, Censo Agrícola, 1960; Censos Agropecuários, 1970, 1980, 1985.

Tabela 2

Número de bovinos nos municípios do norte do estado do Rio de Janeiro, entre 1940 e 1980

Municípios	Anos				
	1940	1950	1960	1970	1980
Bom Jesus Itabapoana	15.112	22.556	32.962	37.017	52.223
Itaperuna	42.536	38.545	68.004	68.095	107.202
Laje do Muriaé	-	-	-	10.553	16.691
Natividade	-	14.154	24.089	35.066	45.689
Porciúncula	-	7.757	12.232	17.047	18.076
Cambuci	14.742	14.525	32.737	46.353	72.762
Miracema	8.097	8.243	13.212	14.094	21.380
Santo Antônio de Pádua	22.341	22.166	32.038	30.964	61.899
Campos	104.111	106.719	136.284	128.191	176.257
Conceição de Macabu	-	-	10.467	12.976	16.829
Macaé	39108	39.862	60.127	52.594	94.775
São Fidélis	20.029	20.130	39.319	42.098	62.029
São João da Barra	32.126	34.464	44.608	49.123	66.349
Total geral	309.953	340.289	506.079	565.527	852.264
Expansão relativa	-	9	48	11	50

Fonte: FIBGE⁸

Tabela 3

População dos municípios do norte do estado do Rio de Janeiro entre 1950 e 1980

Municípios	Anos		
	1950	1970	1980
Bom Jesus do Itabapoana	31.852	29.876	28.733
Cambuci	38.670	24.591	21.228
Itaperuna	75.011	61.817	64.307
Miracema	18.722	21.370	22.241
Natividade do Carangola	26.191	20.410	20.174
Porciúncula	14.670	12.436	13.656
Santo Antônio de Pádua	38.060	31.498	34.110

Fonte: FIBGE⁹

O processo de migração foi mais acentuado entre as décadas de 1950 e 1970, especialmente nos municípios de Cambuci, Itaperuna, Natividade de Carangola e Santo Antônio de Pádua. Os municípios de Bom Jesus do Itabapoana e Cambuci continuaram a perder população entre as décadas de 1970 e 1980.

8. IBGE, Censos Agrícolas 1940, 1950, 1960; Censos Agropecuários 1970, 1980

9. FIBGE, Censos Demográficos 1950, 1970, 1980.

Tabela 4

População dos municípios do Grande Rio entre 1950 e 1980

Municípios	Anos		
	1950	1970	1980
Duque de Caxias	92.459	434.654	580.893
Itaboraí	30.228	66.130	116.161
Magé	36.761	113.965	168.135
Nova Iguaçu	145.649	731.814	1.101.627
Nilópolis	46.406	128.948	152.974
Niterói	186.302	330.396	408.519
Rio de Janeiro	2.377.451	4.315.746	5.183.992
São Gonçalo	127.276	433.985	620.473
São João de Meriti	76.462	304.817	402.335

Fonte: FIBGE ¹⁰

Todos esses processos de mudanças nas relações sociais têm sido muito pouco estudados. No caso da extinção da cultura cafeeira e da migração dos *colonos*, nenhum registro de pesquisa tem sido produzido. Da mesma forma em relação ao impacto criado pela implantação de uma pecuária extensiva. Esta atividade econômica tem crescentemente se apresentado como solução às dificuldades colocadas para a agricultura de exportação – café, cana e laranja. Uma mesma geração de trabalhadores tem vivido o drama do desenraizamento e da migração pelas experiências sucessivas de extinção da agricultura e implantação da pecuária.

Neste artigo, através da provocação da memória social de alguns dos migrantes, colaborarei para este registro, através da reconstrução *a posteriori* do duplo e sucessivo processo de expropriação dos *colonos* dos meios de produção, pela extinção da cafeicultura e da citricultura. Por isso, estarei estudando a trajetória de trabalhadores referenciada a formas de administração de situações de crise de reprodução e de investidas no sentido de reintegração à atividade econômica.

A memória social e a construção de versões sobre o passado

O estudo da memória social traz imediatamente à tona a concepção de tempo construída pelos entrevistados, os modos de pensar e contrapor comparativamente o passado, o presente e o futuro, se é que esta forma de periodização se encontra em jogo. No caso dos entrevistados, como o futuro está quase sempre desenhado ou ordenado pela administração de constrangimentos ou negado enquanto modo de vida do presente, o passado aparece representado pela idéia de autonomia e estado idealizado do bem-viver. A atenção a esta forma de periodização é fundamental, sob pena de o pesquisador impor ao entrevistado sua própria concepção de tempo. Da mesma forma, é preciso se dar atenção aos modos de explicitação das continuidades e das descontinuidades. Estes cuidados são fundamentais, desde que não se queira desqualificar a pesquisa pela definição *a priori* da conclusão.¹¹

10. FIBGE, Censos Demográficos 1950, 1970, 1980.

11. Sobre os cuidados metodológicos diante do uso da entrevista para construção da história oral, beneficiei-me da leitura dos seguintes autores: Robert M. Carmack - "Ethnohistory: review of its development, definitions,

Se a memória pode ser pensada como um conjunto de lembranças, mais ou menos ricas na referência ao passado, não se pode esquecer que tais lembranças são imagens e sua preservação coloca em primeiro plano a visão de mundo, da qual elas dependem. E como a visão de mundo é mutante, também o são as lembranças ou as imagens.

As lembranças não podem existir fora dos quadros coletivos.¹² Se o estudo da memória social se inscreve no da visão de mundo, a análise desta recai sobre os valores transmitidos e sobre a relação entre as gerações passadas e presentes.¹³ Mas esta reconstituição pode por vezes ser condensada numa mesma geração, em face das sucessivas situações de descontinuidade a que está submetida. Portanto, esta mesma sucessão de crises é importante para a construção do quadro social onde as lembranças são elaboradas e para a reflexão sobre a trajetória social dos informantes.

A base empírica para as análises aqui apresentadas se circunscreve ao estudo de *ex-colonos* atualmente residentes no município de Itaboraí, que provieram dos municípios do norte do estado do Rio de Janeiro e de municípios do sul do estado do Espírito Santo.¹⁴

Neste caso específico, dado o momento em que ocorreu a reinserção produtiva na cultura da laranja, os entrevistados se referem a dois momentos do processo de migração. O primeiro, ocorrido entre o final de década de 1950 e o início da de 1970, em virtude da baixa rentabilidade oferecida pelo café e da contínua queda dos preços e da produtividade, decorrente do acometimento de pragas nos cafeeiros. Posteriormente, pela extinção ou ruptura no sistema de produção e trabalho objetivado no *colonato*, em consequência da decisão governamental, implementada pelo Instituto Brasileiro do Café, de erradicar a cafeicultura.

Ao reavaliarem este último processo, os entrevistados explicitam a consciência do caráter seletivo da decisão do governo federal, que, ao oferecer financiamento para a destruição dos cafeeiros e para a expansão da pecuária, assegurou condições de reprodução aos *fazendeiros*, mas eliminou ou também erradicou as condições de existência e reprodução do *colonato*. Esta reavaliação é elaborada a partir da perspectiva do sucessivo perdedor ou de quem se apresenta por um futuro negado, reivindicando o reconhecimento da sua luta insistente pela reintegração econômica e

methods and aims", *Annual Review of Anthropology*, vol. I, California, Annual Reviews Inc., 1972, pp. 227-245; P. C. Collin, *La mémoire collective des Monts de Lyonnais*, Paris, mimeo, Centre de Sociologie Rural, Ecole Pratique des Hautes Etudes VI, 1974; Josette Coenen-Huther, *La mémoire familiale*, Paris, L'Harmattan, 1994; Cornelia Eckert, "Memória e identidade. Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Gran-Combe, França)", *Cadernos de Antropologia*, nº 11, Porto Alegre, 1993; I.M. Lewis, "Introducción", *Historia y Antropología*, Barcelona, Editorial Seix Barral, 1972, pp. 7-33; Gerard Namer, *Mémoire et société*, Paris, Meridiens Klincksieck, 1987; Lucienne A. Roubin, "Archives historiques - intérêt des sources d'archives locales en ethnologie européenne", in Robert Cresswell et Maurice Godelier, *Outils d'enquête et d'analyse anthropologiques*, Paris, François Maspero, 1976, pp. 29-36, Southall, Social Change in Modern Africa, Londres, Oxford University Press, 1961.

12. Conforme Maurice Halbwachs, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1952.

13. Ver Claude Dubar, *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles*, Paris, Armand Colin, 1991.

14. O contato com os entrevistados se deu através da mediação dos dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaboraí, que nos conduziram às casas de vários desses *ex-colonos*. A partir dessa relação, foram desdobrados os contatos, por informações destes. O trabalho de campo foi feito durante os meses de outubro e novembro de 1989.

da sua falta de importância no espaço das decisões políticas. Os *ex-colonos* do café foram entrevistados no momento em que os laranjais estavam ao abandono e entregues à destruição pelo gado, solução novamente excludente em relação a eles. O pesquisador era recorrentemente convidado a constatar o quadro, cujo impacto poupava palavras.

Por conseguinte, é desta posição que os entrevistados referem-se ao *colonato* como um passado áureo de integração social ou reelaboram o modelo de vida cuja inserção se pautava no enraizamento familiar e patronal, quando as aspirações estavam referenciadas a um futuro dado como certo. A reprodução do *colonato* era também reprodução de um projeto de vida para as gerações e cuja repetição comportava variações decorrentes da capacidade de investimento nesta crença, ou neste mesmo futuro dado à projeção. O modo de vida hoje idealizado se ancora na certeza da inserção e é reelaborado no momento em que eles se vêem riscados deste horizonte pelo desemprego, pela aposentadoria ou pela resignação diante de formas desqualificadas de acesso ao salário, que só asseguram a reprodução cotidiana dos filhos.

Para se entender a construção das representações sociais pelos *ex-colonos*, é importante ter em vista que a migração da cafeicultura para a citricultura se deu num momento em que as condições objetivas de vida na primeira atividade produtiva deterioravam-se, mas o projeto de reconstrução de padrões então valorizados acenava como produto de novos investimentos de trabalho, referenciado por um modo de vida louvável.

Por volta de década de 1950, a produção agrícola no município de Itaboraí experimentava um certo crescimento, não só pela introdução da citricultura, em grande parte resposta à expansão do mercado para a laranja (desenvolvimento das cidades de Niterói e Rio de Janeiro), mas também pela expansão da cultura da cana e da fabricação de açúcar. Os *ex-colonos* do café se inseriram na produção de laranja como assalariados, mas vislumbrando a posição de meeiros e a reprodução do acesso à *lavoura branca* (de subsistência); ou do modo de vida próprio a esta associação produtiva.¹⁵ O processo de demanda de trabalhadores para a cultura da laranja abrangia uma região mais ampla, segundo os entrevistados, composta pelos municípios de São Gonçalo, Magé e Itaboraí.

Em consonância com os princípios metodológicos acima apontados, a elaboração e a leitura deste texto não podem perder de vista que desfrutar da oportunidade de aproximação de um mundo social já extinto, através da memória social de um de seus agentes, é se permitir conhecer o sistema de representação sobre a experiência por eles vivida. Nesta perspectiva, o analista e o leitor devem estar atentos às categorias e aos modos de organização social daqueles a partir dos quais pretendem conhecer o registro. Para os *ex-colonos* do café, pensar o sistema de relações subjacentes à cultura cafeeira é falar do sistema de *colonato*. É por esta forma de inserção que eles revelam a vida social na *fazenda*, as suas funções e a do *fazendeiro*. Assim sendo, a reconstrução desta experiência social também é a reconstrução do sistema de *colonato* por quem o colocou em prática

15. Sobre o sistema de produção que viabilizava o cultivo da laranja, ver Eliane Cantarino O'Dwyer, *Laranja e lavoura branca* ..., op. cit. 1977.

O colonato e a fazenda de café

O sistema de *colonato* era uma relação de trabalho e produção que sustentava a *fazenda de café*, unidade produtiva de atividades diversificadas, muitas delas como partes constitutivas da cafeicultura, viabilizando tal modalidade de relação de trabalho. A *fazenda* se destinava à exploração de dois produtos mercantis básicos: o café e o gado. Na maior parte dos casos, a pecuária era explorada enquanto atividade secundária à cultura do café.¹⁶ Complementavam o conjunto de atividades produtivas os plantios de feijão, milho, abóbora, inhame, taioba, cana-de-açúcar etc, apropriados pelo *colono*, totalmente, se plantados junto à lavoura do café, ou parcialmente, se explorados em áreas periféricas. Do ponto de vista deste ator social, esses cultivos conformavam a *lavoura de mantimento* ou as atividades de auto-abastecimento, embora o excedente circunstancial pudesse ser colocado à venda. Como o *fazendeiro* recebia parte da produção de inúmeros *colonos*, aqueles produtos eram geralmente colocados à venda no mercado local.

A relação de *colonato* é representada pelos *colonos* por um princípio integrador básico, qual seja, a relação de troca que o subordinava ao *fazendeiro*, subordinação essa que, contraditoriamente, assegurava certas alternativas de autonomia, geralmente construída pela venda, a qualquer comerciante, daqueles produtos sobre os quais tinham pleno controle. A vinculação a um *fazendeiro* era asseguradora de crédito porque afiançadora da adequabilidade à reprodução da posição social e do *ethos* correspondente.

O reconhecimento da dupla atividade comercial na *fazenda de café* também é o reconhecimento da especificidade da posição dos *colonos*, razão pela qual os entrevistados enfatizam, com certo orgulho da posição, as duas esferas distintas da atividade produtiva da *fazenda*: a parte do café, totalmente explorada pelos *colonos* sob meação, e a pecuária, explorada pelo *fazendeiro* com *empregados* assalariados. Nessa distinção valorizam a autonomia inerente à sua posição, trabalhando com os membros de sua unidade familiar sob sua autodeterminação no que diz respeito ao ritmo, ao tempo, à intensidade e à racionalidade. Os *empregados*, vinculados à pecuária ou às atividades de comercialização, trabalhavam sob as ordens do *patrão*, recebiam salários, tinham praticamente todo o tempo de trabalho absorvido nas atividades produtivas da *fazenda*, pouco lhes restando para desenvolver *lavouras de mantimentos*.

Os *campeiros*, em contrapartida aos *colonos* e segundo a avaliação dos entrevistados, tendiam a ter acesso à criação de animais visando a reprodução. Era comum o *fazendeiro* autorizar a criação de algumas cabeças de gado e de cavalo enquanto empreendimento que assegurava certo nível de autonomia. Essa alternativa estava, na maior parte dos casos, vedada aos *colonos*, exceto quanto ao animal de

16. Esta forma de imobilização da força de trabalho pela dominação personalizada tem sido objeto de inúmeros estudos, dos quais destaco: José Sérgio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na "Cidade das Chaminés"*, tese de Doutorado apresentada ao PPGAS/UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo, 1986; Delma Pessanha Neves, *Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista*, op. cit.; *idem*, *Assentamento rural: reforma agrária em migalhas*, Niterói, EDUFF, 1997; Moacir Palmeira, "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional", *Contraponto*, Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels, Rio de Janeiro, ano II, nº 2, nov. 1977, pp. 103-114.

locomoção, que propiciava a superação dos limites do isolamento relativo da *fazenda* em relação a alguns recursos sociais geralmente concentrados na cidade e nas vilas.

Contudo, o estudo das representações sociais tendo como base as formas de construção dos entrevistados não pode se restringir ao que estes dizem, salvo se o analista quiser abrir mão de seu papel. O conjunto dos processos em curso não pode ser recuperado a partir tão-somente do domínio da vivência, porque mais abrangente do que as experiências daqueles que os viabilizaram e porque do plano da vivência as transformações não são dadas ao conhecimento.¹⁷ A despeito de os *ex-colonos*, em termos formais ou ideais, demarcarem enfaticamente a separação entre a produção de café e a criação de gado – a distinção entre as formas de filiação do *campeiro* e deles –, as atividades se interligavam quanto à alocação da força de trabalho. Fazia parte da relação de *colonato* o direito de o *fazendeiro* requerer o trabalho dos *colonos* e seus filhos para formação e conservação de pasto, ainda que respeitando as determinações de distribuição da força de trabalho pelo chefe de família. A imobilização da força de trabalho que a família do *colono* encerrava, visava também atender às necessidades descontínuas da atividade pecuária. Dessa forma, todos estavam sujeitos a essa agregação, momento em que recebiam salário. Essa alternativa muitas vezes era reivindicada pela família do *colono*, para enfrentar as necessidades de mais recurso financeiro por endividamento, doença, casamento etc.

A *fazenda* comportava ainda trabalhadores dedicados a funções de transporte das mercadorias através de tropas de burro ou carros de boi. Esses trabalhadores eram identificados como *tropeiro* e *arreeiro* ou *carreiro* e *candeeiro*.

Alguns trabalhadores da *fazenda* não eram considerados empregados porque mantinham vínculo provisório e trabalhavam por prestação de serviço – *por peça* ou *encomenda* –, em virtude do tipo de serviço que ofereciam. Exemplo dos mais citados é o caso do *marceneiro*, que circulava entre *fazendas*, permanecendo como *morador* (residente na fazenda) em cada uma delas enquanto houvesse demanda de trabalho. Aparecia assim como trabalhador de uma região socioeconômica, perpassando diversas fazendas em vários municípios. Dedicava-se à fabricação de casas, galpões, currais, carros e cambonas de boi, carroças, móveis e instrumentos de trabalho que utilizassem madeira.

Os *colonos* podiam ainda estar integrados às unidades de produção de menor porte, denominadas *sítios*, trabalhando paralelamente ao proprietário da terra – o *sitiente*. Este, dispondo de área de terra que excedia à possibilidade de uso pela sua força de trabalho familiar ou por tê-la empregado em outra atividade produtiva, cedia lavouras para um ou dois *colonos* explorarem, sob sistema de meação. Uma vez ligado ao *sitiente* por tal forma de vínculo, o *colono* era definido como *companheiro* ou *camarada*, caracterizando a relativa proximidade de posição e as relações de solidariedade por que os parceiros deveriam se pautar. Nem sempre o *colono* podia ter livre acesso à área de terra para criação de animais ou para expandir a produção agrícola. Contudo, tanto do ponto de vista dos *colonos* como dos *sitientes*, a relação entre eles comportava menor grau de apropriação de trabalho não pago, sob a alegação

17. Sobre princípios metodológicos para a análise de processos de mudança, ver Delma Pessanha Neves, "Mudança social: exorcizando fantasmas", *Antropolítica*. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, Niterói, Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Antropologia e Ciência Política, jan.-jun. 1995, pp. 49-74.

de que este *podia entender o sacrifício* do outro. Na prática, o *sitiante* também não podia oferecer todas as concessões e créditos que um *fazendeiro* assegurava, motivo pelo qual ficava em posição ilegítima para aumentar o nível de exploração do trabalho do *camarada* ou *companheiro*.

Elementos constitutivos do sistema colonato

O colonato: trabalho e fartura

Reconstruído *a posteriori*, o sistema de *colonato* é valorizado pelo acesso autônomo aos meios de subsistência, condição que torna este tipo de controle o paradigma das condições de reprodução social dos entrevistados.

A forma mais imediata que os informantes dispõem para falar da remuneração do trabalho, sempre qualificado como pesado e intenso, é o controle de um volume de alimentos e recursos necessários à reprodução, na maior parte das vezes definidos pela abundância ou *fartura*. Este destaque permite perceber como os entrevistados legitimavam o uso intenso da força de trabalho e a baixa remuneração da cultura do café, desde que compensados pela *fartura*. Essa *fartura* era obtida pelo acesso à *lavoura de mantimentos*, constituída sob duas modalidades e vantagens equivalentes: dentro ou fora do cafezal.

A referência à *fartura*, entretanto, é em grande parte supervalorizada, porque pensada em relação às condições atuais de vida: assalariados que, na maior parte dos casos, dependem do dinheiro e do mercado para o acesso a todos os bens necessários à reprodução física e social.

Pensado nestes termos – pelos princípios que legitimavam o sistema e asseguravam a internalização das regras fundamentais à reprodução deste modo de dominação personalizado –, o sistema *colonato* tende a ser reduzido a este aspecto. É a partir das vantagens relativas que os entrevistados tendem a reorganizar as lembranças.

O colonato e o trabalho familiar

A passagem à condição de *colono* pressupunha a existência de família com prole real ou potencialmente numerosa, o acesso à casa com todos os elementos dela constitutivos e a acumulação de um saber pelo trabalhador. O *colono*, por conseguinte, era um trabalhador adulto e pleno, reconhecidamente socializado e que se apresentava ao mercado como chefe de família e detentor de trabalho familiar. Todos os filhos, de ambos os sexos, desde tenra idade, eram incorporados produtivamente ao trabalho agrícola, em extensas jornadas de trabalho. Às mulheres, além do trabalho agrícola, estavam destinadas as tarefas vinculadas ao *terreiro* (criação) e à casa (preparo das refeições, limpeza da casa e da roupa). A mãe ou a filha mais nova geralmente ficava afastada da atividade agrícola para assegurar essas condições de infra-estrutura que viabilizavam o trabalho dos outros membros da família.

Elas trabalhavam apenas para a unidade de produção familiar, não sendo absorvidas pelo *fazendeiro* em outras tarefas. Os homens, no entanto, como já foi visto, deveriam atender às solicitações de trabalho na formação e conservação do pasto, das cercas etc.

O colonato, o endividamento e o crédito

O *colonato* pressupunha uma relação mútua de crédito, embora só uma delas fosse explicitada enquanto tal. O proprietário da terra recebia antecipadamente o trabalho dos membros da família do *colono*, materializado na colheita, momento em que era explicitamente remunerado. O *colono*, em virtude desse longo período sem remuneração, principalmente quando formava a lavoura, recebia os bens de que precisasse sob o aval do proprietário, fosse diretamente ou através de um comerciante. Ademais, a oferta de alimentos em locais próximos à *fazenda* era uma forma de superar os problemas decorrentes do isolamento ou distância em relação à vila ou à cidade. Assegurando tais recursos, o proprietário da terra evitava longos períodos de afastamento de trabalhadores da atividade agrícola.

No primeiro caso de acesso ao crédito, o proprietário da terra constituía uma venda ou *fornecimento*, no qual o *colono* ia adquirindo as mercadorias necessárias à reprodução física e social da família. No segundo caso, ele assegurava o crédito junto a um comerciante por autorização explícita ou pelo reconhecimento público do vínculo do *colono* ao *fazendeiro*. A relação de *colonato* pressupunha certa estabilidade e controle do comportamento moral do *colono*. A dívida contraída deveria ser saldada, caso a relação fosse interrompida por um dos parceiros.

Além desse crédito para compra de alimentos, roupas, sapatos etc, o *colono* podia recorrer ao *fazendeiro* nas situações emergenciais, diante da doença, morte ou casamento. Esse dinheiro adiantado era geralmente pago na colheita do café ou, se o *colono* desejasse se livrar mais rapidamente da dívida, com o trabalho obrigatório dele e dos filhos produtivos nas *roçadas* de pasto, construção de cerca, conservação ou abertura de valas, quando ele recebia pelo dia trabalhado. Sob situação de dívida, essa forma de uso da força de trabalho podia ser estimulada pelo próprio *colono*. Diferentemente do adiantamento de dinheiro, presente na modalidade de crédito mediado pelo armazém ou *fornecimento*, esse empréstimo emergencial não era considerado uma obrigação, mas um favor, que devia ser resgatado sob a mesma condição.

O colonato e suas alternativas de reprodução

A relação de *colonato* pressupunha o atendimento às necessidades dos membros da família. O *fazendeiro* deveria assegurar a incorporação dos filhos do *colono* quando desejassem se casar, oferecendo os elementos constitutivos da relação: casa e trabalho.

Culturalmente o *colono* não se sentia tão distanciado do *fazendeiro*, pois que os dois participavam do acesso a recursos relativamente semelhantes. Muitas das dificuldades de obtenção de certos recursos eram comuns, como é o caso do atendimento médico, da escola. Participavam de um mundo cultural semelhante. À noite, era comum que o *colono* se dirigisse à casa do *fazendeiro* para conversar e ouvir rádio, interessados antes de tudo em acompanharem o preço do café. Em alguns casos a reciprocidade da relação e a proximidade com que culturalmente se encontravam permitiam casamentos entre filhos do *colono* e do *fazendeiro*.

Estabelecida por um contrato verbal e assegurada pela continuidade no respeito às regras e valores morais que orientavam a relação, a palavra empenhada tinha o estatuto de lei. Por isso mesmo, cumprir tratos ou respeitar regras era de fundamental importância para a reprodução dessa modalidade de vínculo do trabalhador.

A prodigalidade do comportamento dos parceiros era esperada, cada um evitando qualquer atitude de mesquinhez. Em certas situações, ela permitia que o *colono* percorresse uma trajetória de ascensão, chegando a se tornar proprietário da terra. Os *fazendeiros* que conseguiam corresponder a esse padrão, eram classificados como *bons-patrões*.

A prodigalidade do *patrão* e o bom desempenho dessa função na relação implicavam a oferta de instrumentos de trabalho ou de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas, cuja posse pelos *colonos* era irracional ou inacessível. É o caso do acesso às bolandeiras, aos moinhos de beneficiamento do milho etc.

O *bom-patrão* estimulava a sociabilidade entre *colonos*, promovendo e redistribuindo recursos para realização de festas. Essa atitude era explicitamente assumida por *fazendeiros* inseridos na concorrência entre eles pelo reconhecimento social do prestígio, da riqueza e do bom desempenho do papel.

Objetivados e reproduzidos cotidianamente os princípios definidores dessa relação de trabalho e produção, os *colonos* se organizavam para viabilizar a inserção dos filhos na mesma *fazenda* ou em *fazendas* próximas. O reconhecimento deste tipo de investimento se expressava no acesso à casa, no casamento dos filhos em idade jovem, na ampliação do volume da produção graças à presença mais numerosa dos filhos em idade produtiva.

O colonato e os modos de constituição da parceria

A formação ou manutenção do cafezal se dava a partir da constituição de um viveiro de mudas ou coleta de pés de café nascidos espontaneamente, principalmente nas lavouras velhas abandonadas à macega. Ao plantio se seguiam ou se associavam os tratos culturais, que incluíam as limpas ou capinas, a preparação do cafezal para a colheita e as tarefas ligadas aos cultivos consorciados. A colheita abrangia a retirada do café dos pés, a eliminação das impurezas mais visíveis através da peneiração, a colocação em balaio para o transporte – nas costas, com quiçambas, em carros de boi ou tropas de burro –, a exposição aos raios solares para secagem, o cuidado com a chuva para evitar que os grãos fossem extemporaneamente molhados, a lavagem, a pilação e o armazenamento ou encaminhamento aos compradores.

Os instrumentos de trabalho eram enxada, enxada, foice, cutelo, peneira, balaio, quiçamba, carros de boi de transporte, arado puxado à junta de boi e, em certos casos, máquina de pilação do café movida à água ou a motor de óleo diesel. Os entrevistados *ex-colonos* referem-se aos instrumentos de trabalho a partir da experiência posterior em que o trator foi amplamente incorporado às tarefas agrícolas. Nomeiam muito mais os que não existiam na ocasião mas hoje estão presentes em suas atividades cotidianas ou destacam, através dessa mesma referência, o trabalho manual pesado, fatigante, em boa parte poupado pelos instrumentos mecanizados.

O café produzido pelo *colono* era subdividido por ocasião da colheita. A parte que lhe cabia podia ser obrigatoriamente vendida ao proprietário da terra ou por ele mesmo comercializada. Se a compra do café do *colono* fosse compulsoriamente assumida pelo *fazendeiro*, este se encarregava do beneficiamento. Se o *colono* tivesse autonomia para escolher o comprador, ele deveria arcar com as tarefas básicas de beneficiamento. O *colono* tinha autonomia para comercializar a produção excedente da *lavoura de mantimentos*, mas num volume circunstancial. Enfrentava dificuldades para

essa comercialização em virtude da falta de demanda, pois que cada qual se dedicava aos mesmos cultivos.

A expansão da pecuária e a expropriação do colono

A ruptura na relação do *colonato*, segundo avaliação dos entrevistados, decorre de fatores internos e externos ao sistema de *fazenda*. No primeiro caso, eles apontam para o desinteresse dos *fazendeiros*, diante do preço baixo atribuído ao café, em enfrentar a praga que atingia os cafezais. No segundo caso, a ação do governo, vista como impositiva e parcial, de erradicar a cultura do café, desconsiderando as conseqüências que atingiam os *colonos*.

Essa ruptura foi vivida por eles através do aumento do endividamento nos armazéns, das péssimas ou negativas remunerações diante do trabalho obtido na cultura do café, da escassez de recursos para atender às necessidades cotidianas (em contraposição à fartura anterior), da falta de alternativa para reprodução dos filhos na posição – fosse por não conseguirem conviver com preços negativos, fosse pelo desinteresse do *fazendeiro* em aumentar a área de lavoura, em melhorar a produtividade dos cafeeiros e, por conseqüência, em incorporar mais *colonos*.

Levando em conta esses fatores, os entrevistados delimitam o início da manifestação do processo de ruptura do *colonato* por volta da segunda metade da década de 1950. Referem-se ao momento de plena vigência deste modelo de relação de produção, quando estavam incorporados como força de trabalho na unidade familiar de produção do pai ou diretamente, nos primeiros anos de seu casamento, quando passaram a constituir uma dessas unidades autônomas.

A ruptura da relação podia se dar a partir da alteração nas regras de apropriação do trabalho não pago. Diante da secundarização desta relação de trabalho, os proprietários se viram mais fortalecidos a alterar as regras de divisão do produto do trabalho e a aumentar a apropriação da renda.

De um modo mais geral o processo foi se manifestando de forma relativamente lenta, atingindo os *colonos* pela percepção da falta de perspectiva para os filhos e de melhoria das condições de reprodução, pela perda da abundância dos produtos estocados para a alimentação.

O descaso do *fazendeiro* com as condições de reprodução do *colonato* se ampliou quando, legitimado pela medida governamental de erradicação da cultura do café, não se sentia responsabilizado pela exclusão social do *colono* das possíveis soluções para mudança da atividade produtiva. Dessa posição, a maior parte não pressionou diretamente a saída do *colono* da *fazenda*, mas criou condições mais favoráveis a que este ator invertesse ideologicamente as forças vigentes no desdobramento do processo e se sentisse optando pela saída da *fazenda*.

O fato de os *fazendeiros* acabarem com a cultura do café sob decisão e programa do governo do Estado libertava-os do julgamento formal dos trabalhadores e da reação destes diante da situação definida como injusta; também eximia o *patrão* da responsabilidade enquanto um dos atores do processo, ainda que os *colonos* desejassem dele um comportamento diverso, mais condizente com as relações anteriormente estabelecidas sob o sistema de *colonato*. A percepção de que o jogo de forças favorecia o enriquecimento dos *fazendeiros*, através e a despeito da imposição da miséria dos *colonos*, também os encurralava na resignação revoltada mas silenciosa.

Além disso, a resignação revoltada dos *colonos* se baseava no fato de se considerarem excluídos da proteção legal. A despeito de o Código Civil regular a legislação sobre a parceria e de a Consolidação das Leis do Trabalho datar de 1943, os *colonos* não dispunham de experiência anterior de uso do instrumento legal e, havia muito, os proprietários de terra se precavam da reclamação pelo valor transferido nas benfeitorias construídas em sua propriedade agrícola. Eles se responsabilizavam pela preparação do solo, plantio dos cafezais, fornecendo, na maior parte dos casos, a semente e a muda desenvolvida no viveiro.

A atitude ambígua dos *fazendeiros*, que indiretamente expulsavam os *colonos* mas acenavam com a proteção e possibilidade de retorno diante do insucesso na migração, levaria a que estes trabalhadores, em grande parte dos casos, os excluíssem da responsabilidade no processo. A expectativa de melhoria de vida em outro local desestimulava a reação da maior parte dos *colonos*.

Alguns *fazendeiros* tentaram manter a incorporação de, pelo menos, alguns *colonos*, arriscando-se em outro empreendimento que absorvesse mão-de-obra. Suas atitudes eram, contudo, tragadas pela hegemonia da pecuária. Na avaliação dos entrevistados, as tentativas de cooperação dos *fazendeiros* não resistiam às vantagens e aos recursos de financiamento da acumulação oferecidos pelo governo federal.

Outros *fazendeiros* se colocaram contra a decisão do governo, mas sua atitude não pôde ser mantida durante longo tempo, pois não contavam com as condições gerais necessárias para a produção e a comercialização. Outros deles mantiveram a produção e os *colonos* enquanto lhes foi possível controlar a decisão. Na sucessão do patrimônio por morte dos proprietários, os herdeiros geralmente impunham a erradicação e a expansão da pecuária.

Os *colonos* que permaneceram até o processo de erradicação – por eles denominado processo de *arrançamento do café* – participaram como assalariados da eliminação dos cafezais. Além do salário, só tiveram acesso aos pés de café depois de transformados em lenha. Substituíram suas atividades produtivas pela dedicação à cultura do milho e do feijão, principalmente, ainda sob parceria. Participaram da formação do pasto, muitas vezes preparando o solo com o plantio do milho (e do capim, antes da colheita).

Alguns *colonos*, após uma primeira tentativa de migração, não conseguindo se adaptar, voltaram para a *fazenda* onde haviam trabalhado, na expectativa de reordenação do cotidiano. Contudo, muitos deles, após essas diversas tentativas de reorganização da vida, voltaram a migrar em busca de melhores condições de trabalho.

Outros *colonos* tentavam mudar de *fazenda*, na expectativa de que suas condições de reprodução física e social melhorassem pela mudança do vínculo ou de unidade de produção. Outrossim, a possibilidade de migração em busca de melhores alternativas de reprodução física e social não estava aberta a todos os *colonos*. Era mais favorável para os mais jovens ou para casais que contavam com filhos em condição de se inserirem em atividade produtiva, mas cujo chefe da família ainda era definido como portador de força de trabalho passível de se transformar em mercadoria.

O processo de migração dos entrevistados constituiu um somatório de estratégias e cálculos que visavam controlar as condições de absorção em outro local e esfera produtiva. Os membros da família, do parentesco ou os colegas que partilharam

da experiência de expropriação colaboravam entre si para que os riscos fossem administrados e as possibilidades de sucesso relativamente controladas.

A importância do apoio social da parentela compelia alguns *colonos*, que haviam permanecido enfrentando as condições adversas de trabalho, a migrar para reproduzir as relações familiares. O processo de migração foi tão intenso que as famílias que ficaram se sentiam isoladas e estranhas, num mundo outrora tão familiar e íntimo.

Entretanto, o exame dos fatores em jogo que conduziam à expansão da pecuária demonstra a irreversibilidade do processo e que, mais cedo ou mais tarde, a migração se imporá para aqueles que não queriam ou não podiam conviver com a quebra das anteriores condições de vida e das regras reguladoras das relações de trabalho.

Além disso, pelo menos *a posteriori*, eles percebem que a expropriação do *colono* operava como possibilidade de expansão da pecuária, pois que os excluía do acesso aos meios de produção e vida e impunha a obtenção dos recursos de reprodução mediados pelo mercado e pela venda da força de trabalho.

A fugidia e mal acabada reconstituição do passado

A vida a ser conquistada no município de Itaboraí era e é avaliada positivamente frente às precárias condições de reprodução em que os *colonos*, na época, se encontravam. Sob a perspectiva da irreversibilidade do fim da reprodução pela posse dos meios de produção e sob a certeza de que a reprodução, no futuro, deveria ser mediada pelo salário, a inserção na produção de cana-de-açúcar e laranja se apresentava como positiva.

A escassez de trabalho na região de origem, que propiciava um maior rebaixamento do valor do salário, contrapunha-se à crescente demanda por força de trabalho na outra região socioeconômica, com o conseqüente aumento da remuneração.

Alguns *colonos* do café migraram sob a expectativa de reconstituir sua condição de trabalhador autônomo, com acesso aos meios de produção, por parceria. Essa proposta, embora nem sempre se concretizasse, estimulava ainda mais a migração, pois que visava, mais que tudo, constituir atrativo para os *colonos* mais receosos de mudança de local de residência.

Solucionado o problema imediato de atendimento à reprodução física e social, com a experiência de inserção na cultura da laranja como assalariado, isto é, recebendo salário com base na unidade de medida da jornada de trabalho ou tarefa ou produção, os *ex-colonos* do café podiam reavaliar ou aprofundar, comparativamente, o cálculo das perdas e das conseqüências do processo de expropriação dos meios de produção e vida em que estavam imersos.

À expropriação do acesso aos meios de produção e à autonomia no trabalho, segue-se o sonho de reconstituir qualquer condição de vida que se aproximasse daquela alcançada enquanto *colono*. Socializados sob nova experiência social, os próprios membros da família passaram a impor ao *ex-colono* a aceitação da orientação do comportamento no novo contexto, a nova estética, os novos valores que definiam as atitudes e a manifestação do sucesso possível e inerente a essa nova posição.

Contudo, para os migrantes mais idosos, a sociabilidade aparecia desprovida das bases materiais que apoiavam a objetivação da convivência, da amizade, da manifestação da fartura e do prazer de dar.

A maior parte dos trabalhadores entrevistados que reconstituiu o acesso aos meios de produção e vida, sob parceria, o fez alguns anos após ter trabalhado como assalariados, recebendo por empreitada ou produção. De um modo geral, os proprietários da terra ofereciam a casa para moradia, mas poucos deles permitiam o uso de alternativas para plantios que complementassem a subsistência da família. O acesso à posição de meeiro representava uma longa conquista, embora parcial, capenga, quando comparada a essa mesma condição na cultura do café. Não conformava um modelo de direitos e deveres, mas de arranjos diversos, passíveis de constantes alterações e reordenações, conforme relações específicas do trabalhador com o proprietário da terra.

Quanto às condições de constituição da parceria na cultura da laranja, os entrevistados destacam a precariedade dessa forma de relação de trabalho no que diz respeito à possibilidade de reprodução, antes de tudo definida pela provisoriedade. A ruptura dessa relação significou, na maior parte dos casos, a perda definitiva deste acesso, porque ela não se reproduzia ou não era oferecida por outras unidades. A parceria na cultura da laranja não se constituiu uma fonte plena de recursos para reprodução, mas apenas um dos recursos, uma alternativa a ser complementada pela utilização de tantas outras, inclusive o assalariamento ou o cultivo à meia dos produtos de subsistência.

Da perspectiva dos entrevistados, a parceria só era ainda oferecida como forma de o proprietário minimizar os gastos na formação do pomar, valendo-se da cessão da área para plantios voltados para o autoconsumo, enquanto as laranjeiras estavam menores e improdutivas. A alternativa de ampliação do rendimento, diante do longo ciclo vegetativo das laranjeiras e da diminuição dos tratos à cultura ou da minimização dos custos de produção, era excluída do parceiro e totalmente apropriada pelo proprietário da terra. Por fim, se o uso do trabalho familiar podia propiciar o aumento da produtividade do trabalho por unidade doméstica, os limites e as restrições inerentes a esta relação de trabalho impediam a incorporação de filhos adultos, por não lhes oferecerem oportunidades de reprodução. O chefe de família tendia assim a só poder incorporar, com racionalidade, os filhos ainda não definidos como produtivos para o mercado de trabalho ou os trabalhadores marginais da unidade doméstica.

Se a tendência dominante no período da pesquisa era o descenso, a avaliação do processo de expropriação dos *colonos* do café do acesso aos meios de produção e vida comportava muitas e diferenciadas histórias, conforme a posição, interesse e ponto de vista dos atores que dele participaram. Alguns entrevistados destacavam a singularidade de sua situação, pois que ainda conseguiam ocupar a posição de meeiro, embora às custas de certa circulação entre as *fazendas*. A singularidade se destacava ainda pelo fato de eles conseguirem ter acesso à parceria em outros cultivos como arroz e aipim, embora a partir de áreas de terra bastante reduzidas. De qualquer forma, o acesso à posição de meeiro nem sempre se dava com a principal cultura mercantil, mas com as de subsistência, enquanto complemento do salário obtido pelo trabalho no cultivo da laranja.

Durante o trabalho de campo, a situação de parceria sob condições mais favoráveis ao meeiro foi apresentada em seguida. O meeiro se dedicava concomitantemente a três fontes de rendimento: salário por empreitada quando trabalhava na área de cultivo mercantil e imediato do proprietário; rendimento na venda da metade da produção de laranja, obtido em área de terra menor, assim explorada enquanto forma de imobilização da força de trabalho e garantia da continuidade do controle dos trabalhadores da lavoura explorada pelo *patrão*; acesso pleno ao produto das pequenas lavouras de aipim e milho. Uma relação, contudo, provisória e de parcos rendimentos, impossibilitando a reprodução dos filhos nessa condição. A coexistência de fontes de rendimentos, não obstante, tornava-se fundamental à reprodução desses trabalhadores, pois que seu atendimento pleno não se apresentava como atributo imputado à condição e à posição do meeiro.

Portanto, a escassez de oferta de parceria no cultivo de laranja se fez acompanhar dos mesmos limites ao acesso às lavouras de auto-subsistência, encurralando cada vez mais os trabalhadores na reprodução mediada pelo salário e pelo mercado de produtos; ou consolidando crescentemente a posição deles como totalmente expropriados do acesso aos meios de produção ou subordinados à venda da força de trabalho.

A memória social e os princípios da comparação

Halbwachs (1952), pai fundador da sociologia da memória, destacou o seu caráter social ou coletivo – constitutivo – e diferencial, já que sua elaboração se dá a partir da posição social ocupada pelos atores, portanto, conforme o acesso a recursos cognitivos diversos e as experiências vividas no processo de socialização. Articulada ao conhecimento das representações sociais, a análise da memória social também se associa à do estoque de conhecimentos, em grande parte fruto das experiências passadas mas também da interiorização resultante do trabalho de socialização.

Uma dedução é então fundamental: a memória é patrimônio diferencial de um grupo, é desigual.¹⁸ A cada grupo social correspondem concepções próprias, derivadas de experiências *sui generis* que o constituem. As diferenças são em parte resultantes da confrontação de definições concorrentes da realidade e da eleição diversa de grupos de referência. Por isso, este artigo não reconstitui o processo de expropriação dos *colonos* do café, mas socializa a visão e a percepção da experiência de alguns de seus atores, isto é, aqueles que, migrando na expectativa de reconstituir as condições de autonomia pelo acesso aos meios de produção, protelaram, no tempo e no espaço, o processo definitivo; ou objetivaram um de seus desdobramentos sociais. A análise dessa vertente do processo demonstra o quanto a sociedade é também resultado não desejado de ações individuais intencionais e o quanto a expropriação se afasta da perspectiva reducionista da inexorabilidade.

Para evitar etnocentrismos, importa, mais que tudo, reconhecer o que é valorizado para a referência aos fatos passados e às lembranças e os modos de construção dessa valorização, pondo em realce os temas recorrentes nas entrevistas.

18. Ver Claude Dubar, *La socialisation ...*, op. cit.

Paralelamente, importa entender como os portadores da memória social referem-se à importância da transmissão desta saga aos filhos, tornando inesquecível o sentimento de indignação diante da cadeia de desqualificação e de exclusão. Por fim, importa também estar-se atento à construção dos modos de comparação pela contraposição do modelo da plenitude da vida ao da falta ou carência, percebendo as alternativas em jogo que, desta perspectiva de reflexão sobre o mundo social, devem ser secundarizadas.